

COMITÊ DE AUDITORIA

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2020

Convocados a participar 6ª Reunião Ordinária de 2020 do Conselho de Administração do Serpro (CA), às 10h00 do dia 30 de junho de 2020, participaram da reunião, por meio de videoconferência, os senhores Mauro Rodrigues Uchôa e Luiz Cláudio Moraes, Membros do Comitê de Auditoria do Serpro (COAUD). Também participaram da reunião os senhores Caio Mario Paes Andrade, Diretor-Presidente do Serpro e Carlos Moraes de Jesus, Auditor Interno e no exercício das atividades de Secretaria-executiva do COAUD atuaram os Assessores, senhor Nilton Rocha de Araújo e a senhora Márcia Cristina Alves dos Santos Borges. A reunião, presidida pelo Conselheiro Luis Felipe Salin Monteiro, gerou o registro desta 10ª Reunião Extraordinária de 2020 do COAUD. **1. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO** - A convite do Presidente do CA participaram da reunião para tratar do assunto os senhores Antônio de Pádua Ferreira Passos, Diretor da Diretoria de Administração (DIRAD), Daniel Azevedo Pansani, Superintendente da Superintendência de Controladoria (SUPCO) e Georges Leitão dos Santos, Gerente do Departamento de Gestão Orçamentária e Custos. Foram disponibilizados no SerproDrive, tanto para o CA quanto para o COAUD os seguintes documentos: (i) Extrato da Ata da 22ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva (DIREX), que aprova tanto a proposição referente aos limites orçamentários para o Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Orçamento de Investimentos (OI) do exercício de 2021, quanto seu encaminhamento e submissão ao CA; e (ii) Apresentação PDG e OI: Exercício 2021, que apresenta a composição das receitas e das despesas, detalha os valores propostos para os contratos de custeios e investimentos, apresenta a Discriminação das Aplicações de Recursos (DICAR) e a DRE projetada para 2021. Durante a apresentação foi observado pelo Presidente do CA que o número apresentado indica crescimento, apesar do referencial do Governo Federal apontar para retração, foi explicado que o cenário inicial foi reajustado em cerca de R\$ 200 milhões para baixo, mas que face à queda do faturamento previsto nos contratos atuais de clientes incluídos no Orçamento Geral da União – OGU, estava previsto também um aumento em novos clientes OGU e o crescimento programado nos clientes não-OGU e da iniciativa privada,

foi discutido que o material encaminhado aos Conselheiros não continha todos os elementos que sustentassem a perspectiva de crescimento, sendo discutida a necessidade de encaminhamento de informações complementares para a aprovação da proposta, foi observada também a necessidade de encaminhamento de um documento demonstrando o fluxo de caixa, com a perspectiva da Diretoria-Executiva para os próximos seis meses e a necessidade geral de caixa. Foi discutida a pertinência da aprovação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) ainda no exercício e o risco de saída de pessoas-chave para a Empresa. O Diretor de Administração explicou o contexto atual e a necessidade da execução do PDV para diminuição do custeio com pessoal, pontuando que o tempo em que essa medida for tomada impactaria diretamente o cenário do próximo exercício, explicando também que a análise do quadro e os critérios de elegibilidade do programa apontavam para um risco pequeno de saída de pessoas-chave, foi explicado também que dado o cenário histórico recente de corte de gastos para a recuperação da Empresa, a margem de trabalho nos contratos viabilizadores era pequena, pois a margem de redução dos contratos de manutenção e vigilância já havia sido exercida e havia a contratação do ERP, incluída nesta rubrica e que a diminuição de contratos administrativos ficaria restrita ao fechamento de Regionais e Escritórios. Foi lembrado que o encaminhamento nesse momento era dos limites orçamentários, havendo outra oportunidade de revisão em dezembro, na aprovação do detalhamento do Plano de Investimento. **1.1.** Questionado se os valores já estariam ajustados à perspectiva pós-Covid-19, foi respondido que sim. **1.2.** Questionado sobre o aumento da despesa financeira, foi respondido que se devia à reclassificação das antigas deduções de receitas como despesas financeiras em tratamento de medidas compensatórias. **1.3.** Questionado se a proposta apresentada era o cenário mais conservador na análise da Diretoria Executiva, foi respondido que sim, com o condicionante do PDV, onde o tempo de implementação era importante ser considerado e o cenário de reoneração da folha de pagamento (medida do Governo Federal). Os Colegiados registraram ciência do assunto, entretanto o Conselho de Administração não deliberou sobre o tema e solicitou o encaminhamento urgente de informações complementares (conforme disposto durante esta reunião) para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, visando deliberação em Reunião Extraordinária, a fim de apreciar novamente a Proposta da Empresa até o dia

02 de junho de 2020, e subsidiar o Conselho Fiscal para a emissão do seu Parecer sobre os limites do Orçamento de Investimento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 11h00, e eu, Nilton Rocha de Araújo, por ordem do Presidente do Comitê, lavrei a presente Ata, que assinada por mim, foi apresentada dentro do prazo regimental para a assinatura dos Membros do Comitê.

MAURO RODRIGUES UCHÔA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO MORAES
Membro

Nilton Rocha de Araújo
Assessor
Secretaria-executiva do COAUD